Arte | Educação | Performance
Filosofia | História | Interdisciplinar | Linguística | Literatura

Volume 2026
ISSN 2319-0868

MUNDO DO TRABALHO NA LITERATURA AMAPAENSE: CONEXÕES LITERÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

WORLD OF LABOR IN AMAPA LITERATURE

MUNDO DEL TRABAJO EN LA LITERATURA AMAPAENSE

Cris Évelin da Costa Dalmacio
Instituto federal do Amapá - IFA, Macapá/Amapá, Brasil

Diego Armando Silva da Silva
Instituto federal do Amapá - IFA, Macapá/Amapá, Brasil

Resumo

A formação humana integral é um dos princípios estruturantes da Educação Profissional e Tecnológica e é necessário identificar caminhos que favoreçam sua efetivação no cotidiano educacional. Nesse sentido, tendo como pressuposto as representações do mundo do trabalho na literatura amapaense, buscou-se compreender suas potencialidades para a formação integral. O potencial formativo da literatura, especialmente a regional, configura-se como alternativa promissora para fortalecer as práticas educativas, ao aproximar os conteúdos do contexto sociocultural dos estudantes. O estudo articula literatura e formação profissional, e reforça uma educação voltada ao desenvolvimento humano pleno. A pesquisa, de abordagem qualitativa e documental, adotou a análise de conteúdo e examinou 38 obras literárias do Amapá. Foram identificadas 98 unidades de registro, organizadas em três categorias de trabalho: formal, informal e ilegal. Os resultados revelam que, além de retratar atividades produtivas, a literatura explicita situações de injustiça, exclusão e resistência. Essas representações demonstram que o texto literário é um recurso estratégico para integrar educação e mundo do trabalho, ao estimular a reflexão crítica sobre desigualdades, identidades e valores. Desse modo, a literatura contribui de forma significativa para a formação omnilateral e cidadã desses estudantes..

Palavras-chave: mundo do trabalho; literatura amapaense; Educação Profissional e Tecnológica; formação integral.

Abstract

Integral human formation is one of the structuring principles of Professional and Technological Education and it is necessary to identify pathways that support its implementation in everyday educational practice. Based on representations of the world of labor in the state of Amapá (Brazil) literature, the study sought to understand their potential for promoting integral formation. The formative potential of literature, especially regional works, emerges as a promising alternative for strengthening educational practices by connecting academic content to students' sociocultural

DALMACIO, Cris Évelin da Costa; SILVA, Diego Armando Silva da. MUNDO DO TRABALHO NA LITERATURA AMAPAENSE: CONEXÕES LITERÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 2026, e1921, Ano 2026.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

REVISTA DA FUNDARTE

contexts. The study articulates literature and professional education, and reinforces an approach committed to comprehensive human development. This qualitative and documentary research employed content analysis and examined 38 literary works from Amapá. We identified 98 recording units organized into three labor categories: formal, informal, and illegal. The results reveal that, beyond portraying productive activities, literature highlights situations of injustice, exclusion, and resistance. These representations demonstrate that literary texts constitute a strategic resource for integrating education and the world of labor, as they stimulate critical reflection on inequalities, identities, and values. Therefore, literature contributes significantly to the omnilateral and civic formation of these students.

Keywords: world of labor; Amapa literature; Professional and Technological Education; integral formation.

Resumen

La formación humana integral constituye uno de los principios fundamentales de la Educación Profesional y Tecnológica, lo que exige identificar estrategias que favorezcan su implementación en el contexto educativo. En este sentido, el estudio analizó las representaciones del mundo del trabajo en la literatura amapaense con el propósito de comprender sus contribuciones a la formación integral. La literatura, especialmente la regional, se presenta como una alternativa relevante para fortalecer las prácticas educativas al vincular los contenidos con la realidad sociocultural de los estudiantes. La investigación, de enfoque cualitativo y documental, utilizó el análisis de contenido y examinó 38 obras literarias de Amapá. Se identificaron 98 unidades de registro, organizadas en tres categorías de trabajo: formal, informal e ilegal. Los resultados muestran que, además de representar actividades productivas, las obras evidencian situaciones de injusticia, exclusión y resistencia. Estas representaciones demuestran que el texto literario constituye un recurso estratégico para integrar la educación y el mundo del trabajo, promoviendo la reflexión crítica sobre las desigualdades, las identidades y los valores. De esta manera, la literatura contribuye significativamente a la formación omnilateral y ciudadana de los estudiantes.

Palabras clave: mundo del trabajo; literatura amapaense; Educación Profesional y Tecnológica; formación integral.

Introdução

No Brasil, o dia 1º de maio marca tanto o Dia do Trabalho quanto o Dia da Literatura, coincidência que inspira a reflexão sobre as interações entre arte literária e mundo do trabalho. Esse é o eixo central desta pesquisa, que tem como objeto de estudo a literatura amapaense e suas representações de experiências, conflitos e dimensões do trabalho. O foco está em compreender de que maneira os textos literários podem dialogar com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT),

REVISTA DA FUNDARTE

favorecendo a formação humana integral. A questão que orienta o estudo é: em que medida a literatura amapaense pode contribuir para essa formação, mediante a abordagem do trabalho em suas múltiplas dimensões?

A perspectiva da formação integral rompe com visões fragmentadas da educação e amplia os horizontes para além da inserção no mercado de trabalho, promovendo criticidade, autonomia e cidadania ativa. Contudo, conforme observa Carvalho Junior (2020), ainda há uma distância significativa entre o ideal formativo da EPT e sua concretização prática. Nesse cenário, a literatura surge como recurso educativo capaz de compor estratégias que articulem conhecimentos técnico-científicos às experiências socioculturais. Assim, a pesquisa justifica-se por investigar as potencialidades formativas da literatura regional como meio de enriquecer o processo educativo. Ao tomar como objeto as representações do trabalho presentes nas produções literárias amapaenses, busca-se avaliar em que medida elas podem contribuir para a efetivação da formação humana integral no âmbito da EPT.

Fundamentação teórica

A trajetória da educação profissional no Brasil é marcada por sua relação histórica com interesses políticos e ideológicos, quase sempre voltados à formação de mão de obra para os estratos populares. Desde o Colégio das Fábricas, no período de D. João VI, das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, até a industrialização a partir da década de 1930 e a profissionalização obrigatória dos anos 1970, prevaleceu uma lógica assistencialista e instrumental, marcada pela dualidade entre ensino técnico e formação geral (Brasil, 2008a; Ramos, 2014). Essa cisão reforçou desigualdades e limitou a perspectiva de uma formação mais ampla.

Com a redemocratização, o debate sobre trabalho e educação ganhou força, com destaque para a proposta de formação politécnica defendida por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que buscava superar a visão fragmentada e formar sujeitos capazes de compreender os processos produtivos em sua totalidade. No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 enfraqueceu esse projeto ao separar ensino médio e educação profissional,

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

dificultando a integração curricular. Apenas com a criação da Rede Federal de Educação Profissional em 2004 e dos Institutos Federais em 2008, iniciou-se um novo ciclo, que buscava integrar formação técnica, crítica e cidadã, ainda que com inúmeros desafios quanto ao acesso, à valorização docente e à superação de práticas utilitaristas (Ramos, 2014).

A análise histórica revela que a educação profissional foi tradicionalmente destinada às camadas populares, em contraste com o ensino científico reservado às elites, como apontam Saviani (2003) e Moura (2014). Tal dualidade expressa a reprodução da divisão social do trabalho e reforça desigualdades estruturais. A perspectiva da formação humana integral, entretanto, surge como possibilidade de romper com esse modelo, ao propor uma educação emancipadora, capaz de formar sujeitos plenos e contribuir para justiça social e equidade educacional.

De acordo com Saviani (2003), o conceito de formação humana integral, também denominada omnilateral ou politécnica, tem origem na teoria da politecnia formulada por Marx e Engels. Essa concepção, segundo o autor, compreende o ser humano como totalidade em desenvolvimento e defende a integração entre teoria e prática, superando a separação entre trabalho manual e intelectual. No campo da EPT, questionam-se modelos restritos à capacitação técnica e propõe-se uma formação ampla e transformadora (Saviani, 2003; Moura, 2014). Autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) reforçam essa visão ao criticar a divisão social do trabalho, que historicamente destinou à maioria apenas a execução, reservando às elites o planejamento. Nesse contexto, a formação integral busca articular conhecimentos técnicos, científicos e culturais, reconhecendo as condições de desigualdade que marcam o acesso ao conhecimento (Kuenzer, 2007), promovendo o desenvolvimento crítico e omnilateral dos sujeitos.

Essa proposta educativa implica formar indivíduos não apenas como trabalhadores produtivos, mas também como cidadãos críticos e politicamente conscientes, enfrentando as contradições de um sistema que tende a reduzir a educação à sua função instrumental. Ainda assim, segundo Moura (2014), a formação humana integral permanece como horizonte possível. Nesse contexto, a EPT assume papel estratégico, integrando ciência, tecnologia, humanidades e cultura em uma abordagem curricular ampla e inclusiva.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

No domínio da EPT, o trabalho é entendido como princípio educativo, não se restringindo à noção de emprego. Assume, dessa forma, duas dimensões. A primeira é a ontológica: é a atividade pela qual o ser humano transforma a natureza e, nesse processo, se constitui como sujeito histórico e social (Saviani, 2007; Della Fonte, 2018). Nesse sentido, trabalho e educação são categorias inseparáveis, pois, no ato de produzir, também se gera conhecimento, consciência e cultura. Essa concepção é basilar para EPT, uma vez que vincula o trabalho à formação humana integral, abarcando dimensões técnicas, científicas, culturais e ético-políticas (Moura, 2014; Ramos, 2014).

Ao mesmo tempo, o trabalho deve ser compreendido em sua dimensão histórica. As formas assumidas pelo trabalho ao longo do tempo impactaram diretamente a relação com a educação, produzindo exclusões e hierarquias. Na Antiguidade grega, por exemplo, reservava-se aos homens livres a formação intelectual e, aos escravizados, o trabalho manual, o que foi ampliado com a institucionalização da escola como espaço do ócio. Com a Revolução Industrial, reforçou-se a cisão entre atividades intelectuais e manuais, consolidando a marginalização das classes trabalhadoras no acesso ao saber científico (Saviani, 2007).

Essas duas dimensões – histórica e ontológica – são indissociáveis. O trabalho é, ao mesmo tempo, essência do ser humano e categoria social historicamente determinada. É por meio dele que a humanidade constrói sua cultura, seus conhecimentos e transforma a realidade, mas também é nele que se manifestam desigualdades e alienações. Compreender o trabalho em sua dupla dimensão permite perceber tanto seu papel emancipador quanto às contradições geradas no sistema vigente, que prioriza instrumentalizar a educação das massas apenas como preparação para o mercado (Moura, 2014).

Articulada ao trabalho como princípio educativo, a literatura, como expressão cultural, histórica e simbólica, possui grande potencial para contribuir com a formação integral na EPT. Ramos (2014) destaca que as artes revelam padrões culturais que expressam concepções e crises sociais, enquanto Pacheco (2015) reforça a necessidade de incluir música, artes plásticas, teatro e literatura nos processos educativos, reconhecendo-os como fundamentais à formação humana. O

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

autor complementa, ao afirmar que “Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor.” (Pacheco, 2015, p. 11)

Para Candido (2004), a literatura é uma manifestação universal presente em todos os povos e épocas, seja por meio da tradição oral ou escrita, sempre carregando valores, identidades e contradições do contexto em que surge. Contudo, no cenário escolar contemporâneo, o contato com textos literários tem diminuído, sendo muitas vezes limitado a abordagens fragmentadas e descontextualizadas (Colomer, 2007). Essa redução empobrece sua fruição estética e seu potencial crítico, reforçando preconceitos de que a literatura seria alheia aos problemas concretos da realidade.

O texto literário oferece múltiplas camadas de sentido que permitem ao leitor compreender aspectos profundos da condição humana. De acordo com Candido (2004), negar o acesso à literatura é mutilar a humanidade, já que ela organiza sentimentos, amplia visões de mundo e contribui para a formação plena. Embora Cechinel (2020) relativize esse papel formativo, defendendo que a literatura deve ser tida como fim em si mesma, Silva (2022) adota uma posição equilibrada, reconhecendo que o efeito da leitura não é automático, mas pode ser extremamente potente quando contextualizada e interpretada com criticidade. Diante dessas considerações, este artigo enfatiza as potencialidades da literatura como proposta capaz de contribuir para o fortalecimento da EPT como espaço de formação emancipadora e humanizadora.

Métodos

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e documental, voltada à análise de obras literárias amapaenses que abordam o mundo do trabalho. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender significados e interpretações atribuídos ao fenômeno investigado, priorizando a profundidade analítica. Embora alguns dados quantitativos tenham sido apresentados, estiveram sempre subordinados ao tratamento qualitativo. Quanto à

Volume 2026
ISSN 2319-0868

natureza, trata-se de pesquisa aplicada, pois busca produzir conhecimentos com potencial de aplicação no contexto educacional (Mattar; Ramos, 2021). Ao examinar as relações entre literatura, mundo do trabalho e formação humana integral, o estudo pretende gerar subsídios que possam orientar práticas pedagógicas e contribuir para processos formativos na Educação Profissional e Tecnológica.

O corpus da pesquisa corresponde ao acervo de literatura amapaense da Biblioteca Pública Elcy Lacerda, em Macapá, que contava com 342 obras catalogadas no momento da seleção. Foi realizada leitura flutuante de toda a produção disponível, em conformidade com os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência propostos por Bardin (2016). Esse processo resultou em um corpus final de 38 obras literárias.

Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016), em sua vertente categorial. O procedimento ocorreu em três etapas: pré-análise (leitura flutuante e seleção dos trechos pertinentes), exploração (leitura, recorte e organização em unidades de registro e de contexto) e tratamento/interpretação (agrupamento temático e construção de categorias). As unidades de registro (trechos significativos), acompanhadas de dados de identificação (autor, obra, página e ano), foram sistematizadas em planilhas e posteriormente codificadas de acordo com profissões e atividades representadas nos textos.

Com base nesse processo, emergiram três categorias principais: trabalho formal, trabalho informal e trabalho ilegal, que sintetizam as diferentes formas de inserção do sujeito no universo laboral presentes na literatura amapaense. Essas categorias foram interpretadas à luz dos referenciais teóricos da pesquisa. Em cada uma delas, buscou-se identificar como o texto literário representa experiências, valores e condições relacionadas ao universo do trabalho, conectando essas representações com os fundamentos da formação omnilateral e do trabalho como princípio educativo.

Panorama do corpus e das categorias

Com base no método da AC proposta por Bardin (2016), foram identificadas 98 unidades de registro nas 38 obras literárias que compuseram o corpus da pesquisa, que se revelou diversificado, tanto em relação ao período de publicação quanto em relação aos gêneros literários representados. As obras analisadas abrangem publicações lançadas entre os anos de 1988 e 2023, demonstrando uma amplitude temporal significativa. No que se refere aos gêneros, as unidades de registro identificadas foram distribuídas em 26 contos, 22 crônicas, 32 textos de memórias, 16 poesias e 2 romances.

A predominância do gênero memórias evidenciou a força das narrativas, por seu caráter autobiográfico ou testemunhal, nas quais o trabalho aparece baseado na experiência vivida. Essa característica aproxima o leitor das realidades retratadas, sem diminuir a relevância dos gêneros ficcionais, que também ressignificam a realidade por meio da linguagem literária (Perissé, 2004). A diversidade de gêneros enriquece a análise, pois oportuniza múltiplos olhares sobre o mundo do trabalho e amplia as possibilidades de uso formativo da literatura.

Quanto à distribuição das unidades de registro nas categorias temáticas – trabalho formal, trabalho informal e trabalho ilegal –, estas permitiram uma visão sistematizada das representações literárias do mundo do trabalho. Essas categorias serviram de base para as análises qualitativas subsequentes, voltadas à compreensão dos significados e potencialidades formativas dessas representações na literatura amapaense. Para fins de exposição, foram considerados somente os excertos mais representativos, de modo a sustentar a construção analítica do estudo.

Categoria Trabalho Formal

Na categoria trabalho formal foram incluídas 33 unidades de registro, tendo como critério estarem relacionadas a ocupações com vínculos regulamentados, direitos trabalhistas e inserção institucionalizada, conforme critérios da Organização Internacional do Trabalho (2015a). A formalidade foi reconhecida tanto de forma

REVISTA DA FUNDARTE

explícita nos textos quanto inferida com base nos contextos narrativos. A análise apresenta uma diversidade de experiências profissionais que, embora legalmente reconhecidas, também revelam tensões e desafios.

A profissão docente é a mais recorrente, com doze ocorrências, destacando-se amplamente em relação às demais. Em seguida, as funções de operador de mineração e produtor rural apresentam três registros cada, seguidas pelos comerciantes, com duas ocorrências. As demais profissões – advogado, apicultor, comandante de navio, funcionário público, juiz, lavrador, mototaxista, promotor, repórter, sargento e soldado do Exército, taxista e vendedor – aparecem de forma pontual, cada uma com apenas um registro.

No que se refere à docência, na maior parte das produções, sobretudo na poesia, a profissão aparece de forma idealizada, associada à dedicação e ao compromisso com a educação. Os professores são descritos como agentes de transformação social e formadores de cidadãos críticos, recebendo qualificativos como artista (Oliveira, 2003), estimado (Santos, 2001), abnegado (Santos, 2009) e guerreiro (Pastana, 2017). Ainda que esses adjetivos expressem reconhecimento, podem também sugerir a naturalização de contextos de esforço extremo e a romantização de adversidades.

Nesse cenário, coexistem contextos que destacam a desvalorização da carreira docente. A sobrecarga de trabalho é revelada por Santos (2009), ao narrar a trajetória da professora Cecília Pinto: “Ela, sozinha, trabalhava diariamente nos dois turnos, com turmas desde a alfabetização até a quinta série primária” (p. 88). O relato revela a jornada excruciante e as responsabilidades assumidas em meio a limitações estruturais. Já a baixa remuneração aparece na crônica “Lógica de Criança” (Sá, 2012), em que uma menina afirma preferir ser pipoqueira a professora, pois observa que, ao contrário da mãe docente, os pipoqueiros sempre têm dinheiro em mãos. Apesar do tom cômico, a cena reflete a percepção social da precarização do ofício.

Nas demais narrativas que compõem essa categoria, ainda que se concentrem majoritariamente na descrição de situações comuns das profissões, há críticas às condições precárias, à instabilidade das relações laborais e às

REVISTA DA FUNDARTE

desigualdades que persistem mesmo em contextos de aparente legalidade. No conto "Último Bilhetinho", um lavrador, mesmo sindicalizado, temia por seu futuro:

> No dia em que o doutor ficasse insatisfeito com ele, seria mandado embora, pois era sempre dessa maneira desumana que o patrão agia. Quando um empregado não lhe servia mais, simplesmente era expulso da terra sem direito a nenhum tipo de indenização. Mesmo sindicalizado, sabia que trabalhadores iguais a ele quase nada podiam fazer contra os fazendeiros, ricos e poderosos, amigos dos políticos. Quando terminasse de lavrar a terra, era esperar o tempo de colher e dividir a produção com o dono da propriedade. A sobra dessa partilha injusta não dava para fazer quase nada. Só as contas na quitanda consumiam a maior parte do dinheiro apurado. Acabava sempre devendo ao comerciante. (Barros, 2013, p. 13).

O trecho evidencia uma representação de trabalho formal no campo marcado por subordinação, insegurança e injustiça. Embora sindicalizado, o trabalhador reconhece os limites de sua atuação diante do poder dos fazendeiros, revelando a fragilidade das garantias legais em contextos desiguais. A formalização não assegura proteção efetiva, pois a demissão arbitrária e a falta de indenizações são naturalizadas. Além disso, a partilha da produção, consumida por dívidas no comércio local, perpetua exploração e pobreza. Assim, mostra-se que o trabalho formal, isoladamente, não garante dignidade, sendo necessárias transformações estruturais para efetivar justiça social.

O caso dos operários da mineração também é emblemático. Em Santos (2001), o desaparecimento de um trabalhador após descobrir uma mina de ouro é tratado pela empresa como acidente, embora o relato sugira silenciamento deliberado e práticas criminosas em uma estrutura formalizada. Já em Carvalho (2012), o personagem Zé da Esteira, inicialmente confiante na estabilidade da empresa de manganês, vê ruir sua crença na meritocracia diante da precarização da vila após o fim do contrato, quando os trabalhadores passam de indispensáveis a invisíveis. Nesse sentido, os textos analisados não apenas narram experiências de trabalho, mas promovem uma apreciação contundente sobre a forma como o capital molda, precariza e abandona vidas em nome do lucro.

Apesar dos desafios impostos pelo trabalho formal em uma sociedade desigual e excludente, as representações literárias no Amapá revelam um caráter

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

mais amplo e significativo, retratando-o igualmente como espaço de superação, afirmação identitária e conquista de dignidade social. Além do ofício docente, outras trajetórias são exaltadas e ilustram a força simbólica do trabalho. A personagem de Freitas (2017) denota a resiliência como elemento central de sua identidade, pois, mesmo após enfrentar dois incêndios, conseguiu reerguer-se e manter seu comércio. A relação entre trabalho e identidade também se apresenta no depoimento de Nunes (2013), ao relatar ter lecionado para mais de 10 mil pessoas, atribuindo ao trabalho educativo um sentido de contribuição social e legado humano que transcende a função profissional. Nesses exemplos, o trabalho é descrito como estruturante da memória, do papel social e da autodefinição dos sujeitos.

Essa dimensão simbólica também se manifesta em outras atividades, como no conto “Beco do Amor” (Dias, 2020), em que a fabricação artesanal de vinagre garante sustento, mas sobretudo se transforma em motivo de orgulho e reconhecimento social do produtor rural. No relato de Monteiro (2005), o serviço militar é associado à coragem e resistência, conferindo honra e destaque ao trabalhador, enquanto em Rojanski (2001) o protagonismo das mulheres seringueiras é ressaltado como pilar econômico e afetivo das comunidades tradicionais. Assim, a literatura coloca em evidência que o trabalho, para além de sua função produtiva, constitui-se como expressão de identidade, resistência e valorização humana, reafirmando sua centralidade na vida individual e coletiva.

As representações literárias de trabalho formal analisadas neste estudo reafirmam a potência do trabalho como dimensão ontológica e histórica da formação humana, mobilizando o conceito de trabalho como princípio educativo (Saviani, 2007; Moura, 2014). Mesmo marcado por desigualdades e injustiças sociais, o trabalho permanece vinculado à transformação da realidade e à construção da consciência, do conhecimento e da cultura. A literatura projeta sentidos subjetivos e coletivos ao ato de trabalhar, conferindo visibilidade às contradições e resistências vividas pelos trabalhadores, retratando-os não apenas como força produtiva, mas como sujeitos históricos. Contribui-se, assim, para uma apreensão crítica da realidade, favorecendo a expressão cultural e ampliando as possibilidades de participação cidadã, em consonância com os pressupostos da formação integral (Moura, 2014; Ramos, 2014).

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Categoria Trabalho Informal

A categoria trabalho informal concentrou a maior parte das unidades de registro, totalizando 48 excertos. Como critério de inclusão, considerou-se as atividades exercidas à margem da proteção legal, tanto de autônomos quanto de empregados sem vínculo reconhecido, marcadas pela ausência de direitos trabalhistas e garantias sociais (Organização Internacional do Trabalho, 2015a). Na literatura amapaense analisada, essa modalidade aparece como uma das formas mais recorrentes de inserção produtiva, refletindo a busca por subsistência em um cenário de desigualdade socioeconômica e exclusão do mercado formal.

O ofício de vendedor ambulante é o mais recorrente nesta categoria, com nove registros, retratando trabalhadores que atuavam nas ruas de Macapá. Os textos destacam histórias como a de um casal que transformou uma Kombi em moradia e, concomitantemente, em ponto de venda (Araujo, 2022); de “Merendinha”, que adaptou um carrinho a uma lambreta para ampliar sua atuação (Smith, 2009), além da figura real de Camarão Frito, vendedor de pipocas mencionado em três obras (Leopoldo, 1990; Picanço, 2002; Smith, 2009), cuja rotina exaustiva sob o sol intenso lhe rendeu o apelido que virou motivo de zombarias. Esses relatos ressaltam a inventividade e a resiliência dos ambulantes, mas ao mesmo tempo evidenciam a precariedade material e social que os cerca, revelando que a informalidade, embora associada à autonomia, permanece permeada por vulnerabilidades e limitações estruturais.

Em segundo lugar na categoria trabalho informal, a função de parteira aparece com oito registros, sendo retratada na literatura amapaense tanto por meio de personagens fictícias quanto por referências a figuras reais de destaque, como Mãe Luzia. Os textos ressaltam o saber tradicional transmitido por gerações, associado a dons espirituais, conhecimento de ervas e profunda ligação comunitária. Embora exercessem papel vital, por muito tempo essas mulheres não foram reconhecidas formalmente nem remuneradas de modo justo, recebendo pagamentos simbólicos, muitas vezes em produtos da terra (Capiberibe, 2002). O cordel de Dias

(2013), por exemplo, mostra Mãe Luzia conciliando o dom de partejar com outro ofício para garantir sua subsistência:

> Mas o dom de partejar
> Não rendia nenhum tostão
> E para se alimentar
> Precisava um ganha-pão
> E foi assim que Luzia
> Logo arrumou um patrão (Dias, 2013, p. 11).

Nas localidades ribeirinhas e rurais do Amapá, as parteiras eram símbolos de cuidado comunitário, chegando a permanecer dias com mãe e bebê, antes e após o parto (Pereira, 2005; Almeida, 2013). Relatos destacam sua expertise mesmo em contextos adversos, como no caso de uma parteira quilombola do Curiaú, tida como dotada de dom sagrado, que realizou mais de 50 partos sem registros de morte (Silva, 2004), e da avó lembrada por sua neta, com mais de duzentos partos realizados (Pereira, 2005). A atuação dessas mulheres ganhou reconhecimento institucional em 1995, quando o governo do Amapá iniciou cursos de capacitação, cadastro e entrega de kits, ampliado em 2002 pelo Programa Família Cidadã, que passou a garantir remuneração mensal. Em âmbito nacional, a ocupação foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Brasil, 2010; Nascimento, 2018). Ainda assim, na literatura analisada, as parteiras são representadas como trabalhadoras informais, pois os textos referem-se a períodos anteriores à formalização.

A representatividade das parteiras no corpus analisado denota a importância dos saberes tradicionais e do conhecimento empírico transmitido na esfera comunitária. Sua recorrência na literatura amapaense revela não apenas o valor sociocultural do ofício, mas também a função da literatura como espaço de preservação da memória coletiva e de reconhecimento de práticas historicamente marginalizadas. Nesse sentido, ao resgatar tais experiências, a literatura reafirma o trabalho como campo de solidariedade, pertencimento e resistência. Essa compreensão é fundamental para a formação humana integral e para o contexto da EPT.

REVISTA DA FUNDARTE

A figura do agricultor aparece em seis registros, geralmente associada à produção de pequena escala ou de subsistência, expondo as dificuldades enfrentadas no campo. No conto “Natanael na Janela” (Canto, 2015), essas adversidades são demonstradas pelo avanço de grileiros e sojeiros que invadem territórios e pressionam agricultores a venderem suas terras por valores irrisórios, denunciando ainda a omissão do poder público diante de seu desamparo. Em Santos (2001), o destaque recai sobre a precariedade estrutural, marcada pela falta de transporte adequado, que levava à perda da produção e obrigava os trabalhadores a negociarem por preços injustos. Essas histórias revelam a lógica exploratória das relações comerciais no meio rural, bem como a fragilidade socioeconômica dos pequenos produtores, cujas aspirações de melhoria de vida eram constantemente frustradas.

O ofício de sapateiro aparece em três registros do corpus, trazendo à tona tanto a rotina profissional quanto condições adversas. No poema “Sapateiros do Forte” (Serra, 2013), destaca-se a exposição contínua à cola de contato, substância tóxica amplamente usada no ofício, enquanto em Santos (2009) é exposta a precariedade estrutural enfrentada por Seu Gomes, sapateiro que trabalhava na calçada lateral do Mercado Central, com recursos mínimos e sem proteção contra o sol. Esses exemplos demonstram a vulnerabilidade dos trabalhadores e a falta de condições adequadas para o exercício da profissão.

A empregada doméstica também surge em três registros, com destaque para a crônica “A mulher do balde” (Freitas, 2017), que rememora o primeiro emprego da narradora na década de 1950. Sem acesso à água encanada, a trabalhadora precisava encher 24 baldes no Rio Amazonas, entre 3h e 6h da manhã, antes de iniciar as demais tarefas domésticas. O testemunho literário expõe a sobrecarga física e a ausência de direitos trabalhistas, típicas de uma época em que a exploração e a precariedade eram naturalizadas. Ao registrar essas experiências, a literatura resgata memórias que revelam as múltiplas formas de desigualdade presentes no mundo do trabalho.

Os trabalhadores auxiliares, embora representados em apenas duas unidades de registro – nas funções de auxiliar de serviços gerais e de carga e descarga –, oferecem contribuições significativas para a análise, expondo com clareza dinâmicas

Volume 2026
ISSN 2319-0868

de exploração, invisibilidade e resistência que marcam o trabalho informal e subalternizado na literatura amapaense. Em Santos (2009), o auxiliar de serviços gerais é descrito como um jovem submetido a múltiplas tarefas, como encher água, rachar lenha e limpar a casa, recebendo em troca um salário insuficiente até mesmo para necessidades básicas, como exemplifica o trecho em que relata ter trabalhado dois meses apenas para comprar um ferro de engomar para a mãe.

Já em Canto (1995), a figura do auxiliar de carga e descarga em embarcações, igualmente marcada pelo esforço físico intenso e baixa remuneração, diferencia-se por uma consciência mais aguçada diante da exploração:

> Não quero ter descamaradagem com a figura do patrão, porém já sofri bastante vendo ele ficar alegre ao conferir o dinheiro que o nosso trabalho dá. Queria ver ele sem nós. Só com seu barco, só ele navegando por aí, debaixo da tempestade. Tá, cheiroso! Eu ia dizer, vendo a sua cara torta. Te vira, seu porcaria... Eu ia era rir. Hum, ele não teria mais aquele riso indecente cheio de dentes de ouro nem os olhos miudinhos que brilhassem tal quando conta o lucro que o nosso trabalho dá. (Canto,1995, p. 130).

A fala, permeada de revolta, denuncia a disparidade entre o lucro acumulado pelo patrão e a sua retribuição irrisória. Contrapondo a ostentação do empregador com sua própria condição de precariedade, o personagem rompe com o discurso de submissão, configurando o trabalho como espaço de resistência e de tomada de consciência sobre as desigualdades que estruturam as relações laborais.

Outros ofícios representados com duas ocorrências no corpus incluem artesã/artesão, carroceiro, garçom/garçonete e lavadeira. Embora menos frequentes na literatura amapaense – e alguns já pouco recorrentes na atualidade –, essas profissões contribuem para ampliar a compreensão das dinâmicas do trabalho informal, revelando sua diversidade e complexidade.

A figura do artesão se destaca por articular saberes tradicionais e criatividade, mas também expõe a ausência de reconhecimento social e garantias trabalhistas. Essa realidade é sensivelmente expressa no poema “A mulher Artesã”, de Jovino (1998), em que a voz lírica denuncia a incerteza quanto ao futuro “Ao sentir a velhice que se aproxima / E com ela os tempos de dificuldade (p. 101)”. Já os carroceiros aparecem como trabalhadores multifuncionais, responsáveis pelo transporte de

pedras, areia e mercadorias em áreas urbanas e periféricas (Smith, 2009; Barros, 2013). Em períodos anteriores à intensificação da urbanização, sua atividade era essencial para suprir as lacunas de infraestrutura e garantir a dinâmica econômica cotidiana.

A profissão de lavadeira também remonta a um contexto anterior à urbanização intensiva e à difusão de tecnologias domésticas. Sem acesso a água encanada, mulheres passavam longas jornadas às margens de rios e igarapés lavando roupas para terceiros, em um trabalho que marcava o corpo com dores naturalizadas como parte da lida (Almeida, 2013). Já as figuras do garçom e da garçonete, vinculadas à informalidade, são retratadas com foco na simpatia, cortesia e habilidade no trato com o público (Gomes, 1994; Natividade, 2009), atributos fundamentais para o exercício de suas funções.

As ocupações de carpinteiro, carreteiro, costureira, caçador, pecuarista, pedreiro, produtor rural, vigilante e lenhador aparecem com apenas uma ocorrência cada, revelando contextos de subsistência permeados por instabilidade e vulnerabilidade econômica. O caso do pedreiro Esmaelino (Dias, 2010) ilustra essa realidade: apesar de reconhecido por sua habilidade, enfrentava dificuldades extremas durante o inverno, dependendo do auxílio familiar para garantir a alimentação da esposa e dos filhos. A estação chuvosa, além do efeito climático, conota a escassez cíclica vivida por muitos trabalhadores informais, cuja sobrevivência depende da variação da demanda externa e de condições ambientais adversas.

Outro aspecto relevante nas profissões de ocorrência única é a associação entre informalidade e baixa escolaridade. Em Souza (2014), o pai do narrador, carpinteiro, é descrito como homem simples que sabia apenas assinar o nome e lia pouco, enquanto em Barros (2013) o vigilante admite ter aprendido apenas rudimentos de leitura e escrita, vivendo de trabalhos braçais precários. Esses registros exemplificam como a limitação no acesso à educação formal restringe a inserção em ocupações mais estáveis e com direitos assegurados (Organização Internacional do Trabalho, 2015b), fazendo do trabalho informal a principal via de sobrevivência e afirmação social. Assim, a literatura explicita a perpetuação de

desigualdades que mantêm trabalhadores com baixa escolaridade em posições subalternas.

A informalidade, conforme representada na literatura amapaense, dialoga com a análise histórica de Lobato (2015), que mostra como a urbanização seletiva de Macapá entre 1944 e 1964 expulsou populações pobres, sobretudo negras, para áreas periféricas sem infraestrutura, fomentando estratégias de sobrevivência baseadas em saberes tradicionais e improviso. Nesse contexto, o trabalho informal tornou-se estruturante, funcionando como alternativa à ausência de emprego formal e como expressão de resistência e criatividade social. A literatura capta essa realidade ao retratar personagens que, em meio a ofícios invisibilizados, constroem dignidade e pertencimento, revelando a íntima conexão entre exclusão urbana, precariedade laboral e reprodução das desigualdades.

A diversidade de profissões identificadas – de vendedores ambulantes a parteiras, de agricultores a artesãos – evidencia o trabalho informal como parte essencial da economia popular, garantindo sobrevivência onde falha o mercado formal. A literatura, ao mesmo tempo em que denuncia exploração, instabilidade e invisibilidade, revela criatividade e resiliência, mostrando a informalidade como exclusão social, mas também como espaço de resistência e identidade. Resgatar essas vozes no ambiente escolar significa preservar a memória coletiva e valorizar sujeitos marginalizados, explorando o trabalho tanto como alienação quanto como emancipação (Della Fonte, 2018). Ao reconhecer o conhecimento como prática humana e síntese das relações sociais, o texto literário fornece fontes vastas para compreender o trabalho em sua complexidade, dialogando com os princípios da EPT, que visam formar cidadãos socialmente comprometidos (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005), incorporando dimensões éticas, afetivas e identitárias (Oliveira, 2020) e reafirmando a literatura como espaço formativo, de memória e crítica social.

Categoria Trabalho Ilegal

A categoria trabalho ilegal reúne 17 unidades de registro do corpus analisado, em sua totalidade relacionadas ao trabalho infantil, em que crianças e adolescentes em idade escolar aparecem inseridos em atividades à margem da legalidade. As

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

narrativas retratam ocupações como venda ambulante (5 registros), agricultura, extrativismo, serviços domésticos (2 registros cada), além de funções pontuais como ajudante de pedreiro, ajudante de prenseiro em olaria, auxiliar de carga e descarga, carvoeiro, entalhador e entregador (1 registro cada). Grande parte dessas tarefas se enquadra na lista de piores tipos de trabalho infantil – Lista TIP (Brasil, 2008b). Com base na exposição dessas práticas, a literatura amapaense revela a precariedade e a exploração que atravessam a infância e a adolescência em contextos de desigualdade.

As narrativas literárias revelam um cenário recorrente de violação de direitos da infância e adolescência, em que o trabalho surge como imposição diante da pobreza e da ausência de políticas públicas. A crônica “Meninos da Orla” (Almeida, 2013) denuncia essa realidade ao retratar crianças que, em vez de brincar, precisavam vender chopp na praia do Araxá para ajudar no sustento da família. Em Macapá, a palavra chopp designa o doce gelado feito em saquinhos plásticos individuais, semelhante ao ‘geladinho’, ‘dindim’ ou ‘cremosinho’ em outras regiões do Brasil. O narrador relembra a frustração de observar, da areia, outros meninos brincando nas águas enquanto ele e os colegas tinham de cumprir a meta de vendas. A cena traduz de forma sensível como o trabalho infantil interfere no desenvolvimento integral, restringindo o direito ao lazer. No conto “Menino de Rua” (Couto, 2008), a comparação se aprofunda ao revelar disparidades sociais: enquanto filhos das classes média e alta dormiam protegidos em seus lares, o menino Wesley vagava pelas ruas, em busca de sobrevivência.

Depreende-se, desse modo, que o trabalho surge como imposição diante da carência estrutural e financeira. Na crônica “O Batedor de Sapopema” (Siqueira, 2023), o narrador descreve que, com doze anos, ao lado dos irmãos menores, já atuava na extração de látex durante a madrugada, experiência naturalizada como parte da rotina familiar e que aponta a responsabilidade precoce em detrimento do lazer, do descanso e da educação. No conto “O Amapá” (Jovino, 1998), adolescentes arriscam-se ao atracar em embarcações em movimento para comercializar produtos, enquanto o poema “Vida a Grito” (Barbosa, 2004) retrata a dureza da lida agrícola de um ‘guri’ pacato e humilde, submetido a uma rotina exaustiva que lhe rouba vitalidade, restringe o lazer, a convivência com colegas e

compromete sua escolarização. Abarcando tanto o meio urbano quanto o rural, essas narrativas mostram a amplitude do problema e denunciam sua naturalização e seus impactos na formação dos sujeitos.

O conto “Equívoco Imaginário” (Carvalho, 2022) igualmente revela nefastas consequências do trabalho infantil. Narra-se a história de Zezinho Carvoeiro, menino de 12 anos que trabalhava em uma carvoaria – ambiente árduo e arriscado até mesmo para adultos – e que nunca havia frequentado a escola, decidindo estudar apenas após ser ridicularizado por acreditar que a Linha do Equador fosse uma linha real. O início do texto revela como, em determinada época, o trabalho precoce era normalizado e até exaltado como meio de formação moral, levando a criança a sentir orgulho da labuta e a considerar os estudos irrelevantes:

> Zezinho carvoeiro era um menino muito trabalhador e se orgulhava muito disso. Na época não se discutia o trabalho infantil, muito ao contrário, os pais faziam questão de iniciar seus filhos em uma profissão, como uma garantia contra os desvios da vida. Com doze anos completos, ele nem sentia falta de escola. (Carvalho,. 2022, p.138).

Embora muitos desses registros literários remetam às décadas de 1960 a 1980, sobretudo no interior do Amapá, o trabalho infantil ainda permanece como realidade persistente no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua (IBGE, 2024) indicam que, em 2023, mais de 1,6 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam nessa condição, sendo 586 mil em atividades perigosas. A região Norte apresenta a maior proporção, com cerca de 6,9%, e, entre 2023 e 2025, mais de 6 mil crianças e adolescentes foram retirados de situações ilegais por ações de fiscalização do governo federal. Dessa forma, os textos literários mostram situações ainda atuais, reforçando que a literatura não se distancia dos problemas concretos (Candido, 2004).

A diversidade de registros literários sobre trabalho infantil evidencia a precarização da infância em múltiplas dimensões, revelando-se não apenas como violação de direitos, mas também como reflexo de condições socioeconômicas estruturalmente desiguais, historicamente perpetuadas na região. Nas obras amapaenses que compuseram o corpus, o trabalho infantil aparece ancorado na

REVISTA DA FUNDARTE

realidade local, denunciando a exclusão de sujeitos que deveriam estar na escola e em espaços de proteção. Para Kuenzer (2007), o acesso ao saber está inserido em contextos de profundas desigualdades sociais e históricas. O afastamento das crianças do ambiente escolar para o ingresso precoce em atividades laborais reflete esse cenário de precariedade. Nesse sentido, a literatura cumpre papel educativo ao expor contradições sociais que moldam o mundo do trabalho e impactam toda a sociedade, em especial as infâncias vulneráveis.

Considerações finais

Os textos literários analisados reforçam a literatura como instrumento formativo capaz de revelar injustiças, exploração e desigualdade, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e engajados – desde que sua leitura seja mediada de forma intencional e significativa. Ao retratar o trabalho em suas diversas formas, a literatura amapaense não apenas documenta uma realidade social, mas também favorece práticas educativas humanizadoras e socialmente comprometidas, alinhadas aos pressupostos da formação integral, que envolve dimensões intelectuais, profissionais, culturais, éticas, políticas, afetivas e emocionais.

Confirmou-se, assim, que a produção literária do Amapá é um recurso relevante para a formação integral, pois preserva saberes locais ao mesmo tempo em que estimula o conhecimento segundo uma percepção crítica do trabalho. O conhecimento acumulado pela humanidade deve ser apropriado por todas as gerações, pois traz valores que nos constituem. Sob essa perspectiva, a literatura amapaense, quando incorporada ao processo educativo, torna-se instrumento de valorização cultural e compreensão histórica, assim como potencializa o desenvolvimento de sujeitos capazes de intervir eticamente na realidade. Sugere-se que pesquisas futuras ampliem o diálogo com produções de outras regiões amazônicas e articulem a literatura com outras expressões culturais, como música e artes visuais, aprofundando a integração entre arte, trabalho e formação humana.

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Referências:

ALMEIDA, Cláudia Patrícia N. **Remanso das águas**. Macapá: Tarso Editora, 2013.

ARAUJO, Ademir P. O bruxo. In: AIRES, Luiz Ricardo F. F.; PUREZA, Benedita M.; BARBOSA, Flávia Karolina L. D. (org.). **1º Tucuju literário do IFAP**: contos e poemas: os encantos do meio do mundo. Macapá: Edifap, 2022. p. 147-149.

BARBOSA, João. **Gritos no olhar**. Macapá: JM Editora Gráfica, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Paulo T. **História de um sino**: contos. Macapá: Tarso Editora, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Rede Federal. **Apresentação**. 2008a. 23 p. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura_organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal/apresentacao. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção n. 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto n. 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais**: o programa trabalhando com parteiras tradicionais e experiências exemplares. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 90 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto_nascimento_domiciliar_parteiras.pdf. Acesso em: 5 maio 2025

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 169-191.

CANTO, Fernando. **O bálsamo e outros contos insanos**. Belém: Editora Universitária, UFPA, 1995.

CANTO, Fernando. Natanael na Janela. In: CANTO, Fernando et al. *Quinze dedos de prosa*. São Paulo: Scortecci, 2015. p. 26-30.

REVISTA DA FUNDARTE

CAPIBERIBE, Janete. Os anjos da floresta. In: JUCÁ, Luiza; MOULIN, Nilson (org.). **Parindo um mundo novo**: Janete Capiberibe e as parteiras do Amapá. São Paulo: Cortez, 2002. p. 21-26.

CARVALHO, João Wilson S. **Da vida e da sorte por dez contos**. Pará de Minas: Virtualbooks, 2012.

CARVALHO, João Wilson S. Equívoco imaginário. In: AIRES, Luiz Ricardo F. F.; PUREZA, Benedita M.; BARBOSA, Flávia Karolina L. D. (org.). **1º Tucuju Literário do IFAP**: contos e poemas: os encantos do meio do mundo. Macapá: Edifap, 2022. p. 138-141.

CARVALHO JUNIOR, Gabriel D. A teoria dos campos conceituais e a didática profissional: possíveis encontros e diálogos. In: OLIVEIRA, Adilson R. et al. (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil**: da história à teoria, da teoria à práxis. Curitiba: CRV, 2020. p. 83-104.

CECHINEL, André. **Literatura, ensino e formação em tempos de Teoria** (com 'T' maiúsculo). Curitiba: Appris Editora, 2020.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. São Paulo: Global Editora, 2007.

COUTO, Mauro Guilherme S. **O trem de Maria**. São Paulo: Scortecci, 2008.

DELLA FONTE, Sandra S. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Espírito Santo, v. 2, n. 2, p. 10-19, 2018. https://doi.org/10.36524/profept.v2i2.383. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383. Acesso em: 19 jun. 2023.

DIAS, Joseli P. Armando com Esmaelino. In: CORRÊA, Manoel B. (org.). **Coletânea de poetas, contistas e cronistas do meio do mundo**: contos. Macapá: Gráfica e Editora JM, 2010. p. 121-123.

DIAS, Joseli P. **Mãe Luzia**: a parteira mais famosa de Macapá. Itararé: ed. Macapá, 2013.

DIAS, Joseli. **Mitos e lendas no Amapá**. 4. ed. Brasília: Livraria do Senado, 2020.

FREITAS, Caroline L. A mulher do balde. In: MEIRELES, Rodolfo; OLIVEIRA, Andréia (org.). **Jovens talentos literários**: coletânea de poemas e outros textos produzidos nos atendimentos em Altas habilidades/superdotação. Macapá: Seed, 2017. p.71.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Carlos C. **Guajará-Mirim**: um rio de lembranças. Macapá: Imprensa Oficial, 1994.

IBGE. **PNAD Contínua 2023**: trabalho infantil atinge 1,6 milhão de crianças e adolescentes no Brasil. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/trabalho-infantil-caiu-14-6-de-2022-para-2023-e-chega-ao-menor-nivel-da-serie-historica-da-pnad-continua-do-ibge. Acesso em: 12 maio 2025.

JOVINO, José Antônio S. **Poraquês e piaçocas**. Macapá: Editora Valcan, 1998.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEOPOLDO, Sílvio. **Era uma vez num fundo de gaveta**. Macapá: Divisão de Difusão Cultural, 1990.

LOBATO, Sidney S. Experiências de exclusão urbana no cotidiano macapaense (1944-1964). Sæculum: **Revista de História**, João Pessoa, v. 32, p. 113-134, 2015.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. Coimbra: Grupo Almedina, 2021.

MONTEIRO, Walcyr. **Visagens, assombrações e encantamentos da Amazônia**. Belém: Editora do Autor, 2005.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

NASCIMENTO, Raysa M. **Mãos mágicas**: a prática do partejar a partir da experiência de parteiras tradicionais de Santana - AP. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

NATIVIDADE, José. **Lamentos de um sonhador**. São Paulo: Scortecci, 2009.

NUNES, Maria Ângela. **De amor e de fé**: prosa e poesia. Macapá: Alpha Gráfica e Editora Ltda., 2013.

OLIVEIRA, Getúlio A. **Um rosto na multidão**. Macapá, [s. n.], 2003.

OLIVEIRA, Adilson R. Os institutos federais no contexto da educação profissional no Brasil: entre gênese, concepção e desafios. In: OLIVEIRA, Adilson R. et al. (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil**: da história à teoria, da teoria à práxis. Curitiba: CRV, 2020. p. 27-44.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Recomendação nº 204 sobre a transição da economia informal para a economia formal**: adotada pela Conferência em sua 104ª sessão em 12 de junho de 2015. Genebra: OIT, 2015a.

REVISTA DA FUNDARTE

Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_619831/lang--pt/index.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Juventude e trabalho informal no Brasil**. Brasília: OIT: IPEA, 2015b. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/738b313c-ee45-4ac8-b7fd-d6c570897d06/download. Acesso em: 16 abr. 2025.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/fundamentos-politico-pedagogicos.pdf. Acesso em: 5 nov. 2023.

PASTANA, José (org.). **Poemas, poesias e outras rimas**: coletânea. São Paulo: Scortecci, 2017.

PEREIRA, Decleoma L. **Entre mãe-do-mato, cobra grande, boto e "mocós"**: uma aventura no Bailique. Macapá: Confraria Tucuju, 2005.

PERISSÉ, Gabriel. **Filosofia, ética e literatura**: uma proposta pedagógica. São Paulo: Manole, 2004.

PICANÇO, Ronaldo. Passeios de moleque. In: CONFRARIA TUCUJU (org.). **Coletânea macapaense**: Macapá, recortes poéticos. Macapá: Confraria Tucuju/PMM, 2002. p. 135-137.

RAMOS, Marise N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: IFPR, 2014. 121 p. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

ROJANSKI, Luli. **Lugar da chuva**: crônicas do Amapá. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

SÁ, Marly C. **Instantes do cotidiano**. Macapá, [s. n.], 2012.

SANTOS, Janete. **Boa esperança**: crônicas & contos. 2. ed. Macapá: Gráfica JM, 2001.

SANTOS, Raimundo D. **Raízes submersas**: fatos e relatos. Rio de Janeiro: W. Books Comunicações, 2009.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. https://doi.org/ 10.1590/S1981-77462003000100010. Disponível em: https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1958. Acesso em: 12 nov. 2023.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007. https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt. Acesso em: 8 nov. 2023.

SERRA, Roberto. **Poemas de um escorpião**. Macapá: [s. n.], 2013.

SILVA, Sebastião M. **Curiaú**: a resistência de um povo. Macapá: SEMA, 2004.

SILVA, Paulo Ricardo M. **Práticas escolares de letramento literário**: Sugestões para leitura literária e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2022.

SIQUEIRA, Antônio J. **Obras reunidas**: contos, crônicas e outros escritos. Belém: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2023. v. 3

SMITH, Ricardo. **A casa dos padres**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2009.

SOUZA, Paulo Roberto C. M. **Confesso que vivi**: uma lição de vida. Macapá: JM Editora, 2014.

Recebido em:12/05/2026 .
Aceito em: 16/06/2026.
Editor responsável: Júlia Maria Hummes.

Nome do Autor: Cris Évelin da Costa Dalmacio
Minibiografia: Possui graduação em Letras - Francês pela Universidade Federal do Amapá(2010) e especialização em Especialização Lato Sensu em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia do Amapá(2013). Atualmente é Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Amapá.
E-mail: crisevelin31@gmail.com

Nome do Autor: Diego Armando Silva da Silva
Minibiografia: Dr. Diego Armando Silva da Silva é Engenheiro Florestal, Doutor em Ciências Florestais e professor pesquisador do Instituto Federal do Amapá (IFAP), Campus Laranjal do Jari. Atua nas áreas de ecologia, manejo e conservação de florestas amazônicas, com destaque para pesquisas sobre árvores gigantes, biomassa florestal, sociobioeconomia e tecnologias sociais aplicadas à Amazônia. Lidera o Centro de Estudos em Ecologia e Manejo da Amazônia (CEEMA) e coordena expedições científicas em áreas remotas do Amapá e Pará, incluindo estudos na Estação Ecológica do Jari e no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.É um dos pesquisadores responsáveis pelo monitoramento das maiores árvores da Amazônia e integra projetos nacionais e internacionais

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

envolvendo LiDAR, mudanças climáticas e dinâmica florestal. Também desenvolve iniciativas voltadas às comunidades tradicionais amazônicas, como o projeto Kit Solar Castanheiro, tecnologia social voltada à autonomia energética de extrativistas em áreas isoladas.Foi reconhecido com prêmios como Pesquisador Inovador e Doutor Empreendedor do Amapá, além de atuar na formação de novos engenheiros florestais e pesquisadores da região amazônica.

E-mail: diego.armando@ifap.edu.br

CC BY

REVISTA DA FUNDARTE